



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Procuradoria-Geral do Estado
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional



Seleção de Estagiários de Graduação
Prova de Conhecimentos Específicos – 20/12/2018 - Manhã

5º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO, NO ÂMBITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - 2018

INSTRUÇÕES

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
2. Ao receber o caderno de respostas, confira se a prova está completa, contendo 40 (quarenta) questões objetivas e 01 (uma) questão dissertativa. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal de Prova.
3. **Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de respostas, inclusive em relação às questões objetivas, que devem ser respondidas mediante preenchimento do cartão correspondente.**
4. Não haverá substituição do caderno de respostas.
5. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre candidatos, bem como o uso de livros, apontamentos e equipamentos (eletrônicos ou não). O não-cumprimento dessas exigências implicará na exclusão do candidato desta seleção.
6. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao Fiscal de Prova.
7. O tempo para o preenchimento do caderno de resposta está contido na duração desta prova.
8. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos e após entregarem, ao fiscal de aplicação, o caderno de respostas, assinando o lacre onde estão acondicionadas os cadernos de respostas da respectiva sala.
9. A questão dissertativa do caderno de provas deverá ser respondida com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.
10. Será permitido ao candidato levar apenas a folha de rascunhos da sua prova.

DURAÇÃO DE PROVA: 3 horas

**40 QUESTÕES
OBJETIVAS**

10 de Direito Constitucional

10 de Direito Administrativo

10 de Direito Tributário

10 de Direito Processual Civil

**01 QUESTÃO
DISSERTATIVA**

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA

ATENÇÃO: Deve ser assinalada apenas uma alternativa escolhida como resposta para cada questão. Qualquer questão com dupla marcação ou rasura será considerada errada.

<i>QUESTÃO/ ALTERNATIVA</i>	A	B	C	D	E
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

<i>QUESTÃO/ ALTERNATIVA</i>	A	B	C	D	E
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					

QUESTÃO DISSERTATIVA

Discorra sobre a ação rescisória, abordando, necessariamente, o prazo para seu ajuizamento, a legitimidade ativa, o foro competente e as hipóteses de cabimento (até 30 linhas).

CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA DISSERTATIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. "Temos que partir, aqui, daquela premissa já tantas vezes enunciada: não há norma constitucional alguma destituída de eficácia. Todas elas irradiam efeitos jurídicos, importando sempre uma inovação da ordem jurídica pré-existente à entrada em vigor da constituição a que aderem e a nova ordenação instaurada." (SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 3. Ed. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 81-82).

Sobre a classificação das normas constitucionais quanto à eficácia, proposta por José Afonso da Silva, assinale a alternativa INCORRETA:

- As normas de eficácia plena possuem aplicabilidade direta, não dependendo de nenhuma outra vontade para produzir os efeitos que lhe são próprios.
- As normas de eficácia contida, também conhecidas como normas de eficácia redutível ou restringível, possuem aplicabilidade direta e imediata, porém não integral.
- As normas de eficácia programática podem ser classificadas entre normas de princípio institutivo e normas de princípio programático.
- As normas de eficácia plena, ao contrário das normas de eficácia contida, não podem ser regulamentadas.
- As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

2. Sobre os direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a liberdade de crença religiosa prevista na Constituição Federal garante que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, porém admite exceção em seu próprio dispositivo.
- é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive as de caráter paramilitar.
- o direito de herança não está garantido entre o rol de direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988.
- é a todos assegurados o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, desde que haja o prévio pagamento das taxas correspondentes.
- é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados a plenitude de defesa, a publicidade das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

3. Em relação às ações constitucionais, julgue as afirmativas seguintes:

- o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, independentemente de representação no Congresso Nacional.
 - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública, desde que não seja agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- estão corretas as alternativas I e II.
 - apenas a alternativa II está correta.
 - apenas a alternativa III está correta.
 - todas as alternativas estão incorretas.
 - todas as alternativas estão corretas.

4. A competência é consectário lógico do modelo federativo. Sobre o assunto, assinale a alternativa INCORRETA, considerando a jurisprudência do STF sobre o tema:

- É inconstitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- A competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente, de modo que cabe os Estados podem suplementar a legislação federal sobre o assunto. Por essa razão, o STF decidiu que é constitucional a fixação, por lei estadual, do número máximo de alunos em sala de aula, a fim de viabilizar o adequado aproveitamento dos estudantes.
- É concorrente a competência para legislar sobre direito econômico. Dessa forma, o STF entende que são constitucionais leis estaduais que garantem meia entrada para doadores regulares de sangue no acesso a locais públicos de cultura, esporte e lazer.
- São de competência concorrente a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.

5. Em "Política", Aristóteles já havia vislumbrado a existência de três funções de

quem exerce poder numa determinada sociedade: aplicar a norma geral, resolver a referida norma e resolver os conflitos dela decorrentes. Posteriormente, John Locke evoluiu tal pensamento, que foi sistematizado por Montesquieu, avançando ainda mais no estudo em "O espírito das leis", de 1748. Nesta obra, o célebre autor construiu o pensamento de que cada uma dessas atribuições deva ser desempenhada por um órgão independente, a fim de evitar o absolutismo e a corrupção do próprio poder.

A partir desta premissa, assinale a alternativa CORRETA acerca da Separação de Poderes no ordenamento jurídico brasileiro:

a) Em decorrência deste princípio, não cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia, sob pena de usurpação de função legislativa a ele não atribuída.

b) Em tese, é possível a propositura de emenda constitucional tendente a abolir a separação de poderes na Constituição Federal de 1988.

c) Tendo em vista a usurpação da função legislativa atribuída ao Poder Legislativo, não é possível que o Chefe do Poder Executivo possa elaborar os denominados "regulamentos autônomos".

d) O Poder Executivo, no exercício de sua função típica, pode editar medidas provisórias.

e) As Comissões Parlamentares de Inquérito são instauradas no âmbito das Casas do Congresso Nacional, no exercício de função atípica jurisdicional do Poder Legislativo, não cabendo o controle de seus atos pelo Supremo Tribunal Federal.

6. Dentre as competências reservadas ao Chefe do Poder Executivo, examine as seguintes assertivas:

I - Cabe veto de Projetos de Emenda à Constituição, Lei Complementar e Lei Ordinária, cujo fundamento é o controle preventivo político.

II - Dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.

III - Deliberar sobre os recursos administrativos hierárquicos próprios interpostos contra atos dos Ministros e Secretários de Estado.

Assinale a alternativa correta:

a) I e II são verdadeiras.

b) II e III são verdadeiras.

c) Apenas a I é verdadeira.

d) Apenas a II é verdadeira.

e) Apenas a III é verdadeira.

7. "(...) o controle de constitucionalidade das leis não visa, apenas, à defesa dos direitos e liberdades individuais, mas também, e essencialmente, à defesa da própria Constituição, do próprio Estado de Direito (...)" (Meireles Teixeira, Curso de Direito Constitucional, 1ª ed., Forense: 1991, p. 434). Neste sentido, assinale a alternativa correta:

a) Os Governadores dos Estados e os Prefeitos são legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.

b) Os Governadores dos Estados e os Prefeitos das Capitais dos Estados são legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.

c) O Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.

d) O Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

e) n.d.a.

8. Sobre o regime jurídico reservado à Administração Pública, examine as assertivas e assinale a alternativa a partir do critério Verdadeiro (V) ou Falso (F):

I - Por integrarem a Administração Direta, as autarquias são obrigadas a preencher os seus cargos de provimento efetivo mediante prévio concurso de provas e títulos.

II - A Advocacia-Geral da União e as Procuradorias-Gerais dos Estados são pessoas jurídicas de direito público pertencentes à estrutura desconcentrada da União e dos Estados, respectivamente.

III - Em razão da sua natureza vinculada ao regime jurídico de direito privado, as empresas estatutais (sociedades de economia mista ou empresas públicas) podem prover todos os seus vínculos funcionais sem prévio concurso público.

a) F, F, F.

b) V, V, V.

c) V, F, V.

d) F, V, V.

e) V, F, F.

9. Assinale a alternativa correta:

a) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Direta e Indireta, mediante

controle externo, compete exclusivamente ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

b) O art. 155 da Constituição Federal de 1988 prevê a competência dos Estados para a instituição do Imposto sobre Serviços (ISS).

c) A arrecadação do Imposto de Transmissão "Inter Vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, compete aos Municípios.

d) O orçamento público é regido exclusivamente por duas leis: o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

e) n.d.a.

10. O art. 170, VI, da Carta de 1988, trata do princípio da ordem econômica e enumera a defesa do meio ambiente. Já o art. 225 é considerado o dispositivo qualificado por "regra-matriz" constitucional para o direito ambiental. Com base nos dispositivos, é incorreto:

a) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, pois a Carta de 1988 o considera bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida.

b) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, pois a Carta de 1988 o considera bem de uso especial e essencial à qualidade de vida.

c) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

d) Cabe ao Poder Público definir por Decreto os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

e) Cabe ao Poder Público alterar ou suprimir por Lei as dimensões dos espaços territoriais e seus componentes especialmente protegidos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. (UFTM - 2018 - Técnico - adaptada) Relativamente ao artigo 37 da Carta Magna, analise as assertivas abaixo:

I - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

II - O direito de greve do servidor público será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

III - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

IV - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Está (ão) **INCORRETA(S)**:

a) I, II e IV

b) III somente

c) II somente

d) II, III e IV

e) NDR

12. (IGPB - 2018 - PBH ATIVOS S.A - Técnico Administrativo - adaptada) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade, a cuja Administração pertencerem, conforme determina o art. 103 do Código Civil.

Os instrumentos colocados à disposição dos particulares para utilização dos bens públicos são, EXCETO:

a) Autorização de uso de bem público que consiste em um ato unilateral, discricionário, precário, revogável a qualquer tempo e em caráter gratuito ou oneroso. Serve para atender interesses particulares, atividades transitórias e irrelevantes pelo Poder Público.

b) Permissão de uso de bem público que consiste em um ato negocial, discricionário e precário, semelhante à autorização, porém seu consentimento visa ao interesse público.

c) Alienação de bem público que consiste no repasse da propriedade, remunerada ou gratuita, sob a forma de venda, permuta, doação, dação em pagamento, investidura, legitimação de posse ou concessão de domínio.

d) Concessão de uso de bem público que consiste em um contrato administrativo celebrado entre a Administração e um particular, tendo por objeto uma utilidade pública de certa permanência.

e) A autorização e a permissão são espécies de atos administrativos negociais praticados pelo Poder Público.

13. (IGPB - 2018 - PBH ATIVOS S.A - Técnico Administrativo - adaptada) Sobre a distinção entre Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista, assinale (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas.

() As Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito privado criadas pelo poder público após autorização legislativa específica, cujo o capital é exclusivamente público, para prestação de serviço público ou a realização de atividade econômica de relevante interesse coletivo.

() A Sociedade de Economia mista não admite lucro e rege-se pelas normas do poder público, principalmente no que tange as leis que autorizam sua criação e funcionamento.

() O que caracteriza a Empresa Pública é seu capital exclusivamente público, sendo a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) dois exemplos.

() A Sociedade de Economia mista é uma pessoa jurídica de direito privado, com participação do poder público e de particulares em seu capital e na sua administração, para a realização de atividade econômica ou serviço público outorgado pelo Estado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

- a) VFVF
- b) FVFF
- c) VFVV
- d) FVFF
- e) VVVV

14. (FGV -2018 - TJSC - Técnico Judiciário) Serviço público pode ser conceituado como toda atividade executada pelo Estado visando à promoção de utilidade e comodidade para os cidadãos usuários, com prerrogativas decorrentes da supremacia estatal e sujeições justificadas pela indisponibilidade do interesse público.

Nesse contexto, aplica-se ao serviço público o princípio da:

- a) continuidade do serviço público, segundo o qual as atividades administrativas devem ser prestadas de forma ininterrupta, razão pela qual o ordenamento jurídico veda o direito de greve aos servidores públicos;
- b) atualidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado com modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e sua conservação, bem como visando à sua melhoria e expansão;
- c) universalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado de forma geral a todas as pessoas, em igualdade de condições, não podendo ser interrompido pelo inadimplemento do usuário;
- d) modicidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado com tarifas acessíveis à população

em geral, com preço público subsidiado pelo poder público, garantida a gratuidade aos comprovadamente hipossuficientes;

e) impessoalidade, segundo o qual o serviço deve ser prestado em igualdade de condições para qualquer usuário, e não pode o particular prestador do serviço invocar, em qualquer hipótese, a exceção do contrato não cumprido.

15. Nos termos da Lei nº. 8.666/93, a DISPENSA de procedimento licitatório prevista no artigo 24, inciso IV deverá ser instruída com Justificativa subscrita pela autoridade competente. Relativamente a JUSTIFICATIVA mencionada é correto afirmar que seu teor deve conter:

- I) Caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública;
- II) Justificativa do preço;
- III) Razão da escolha da modalidade licitatória;
- IV) Documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados;
- V) Razão de escolha do fornecedor ou executante.

a) Os incisos I, III, IV e V estão corretos.

b) Os incisos II, III, IV e V estão corretos.

c) Os incisos I,II, IV e V estão corretos.

d) Os incisos I, II,III e IV estão corretos.

e) Os incisos I, II,III e V estão corretos.

16. Com relação a licitação, considere:

I. A Administração não pode, concluído o procedimento, atribuir o objeto da licitação a outrem que não o vencedor.

II. O julgamento das propostas há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital.

III. O Edital norteador do procedimento licitatório deve ter ampla divulgação.

As proposições citadas correspondem, respectivamente, aos princípios licitatórios da:

- a) Isonomia, julgamento objetivo e Impessoalidade.
- b) Impessoalidade, vinculação ao instrumento convocatório e Isonomia.
- c) Moralidade, legalidade e publicidade.
- d) adjudicação compulsória, julgamento objetivo e publicidade.

e) adjudicação compulsória, Isonomia e Legalidade.

17. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O regime do poder de polícia administrativa não elimina o direito de propriedade pública ou privada, uma vez que tem por finalidade impor limitações administrativas.
- b) O Poder Público goza de prerrogativa para expropriar bens imóveis sob o fundamento de necessidade ou utilidade pública, bem como por interesse social.
- c) Com base no art. 19 da Resolução CONAMA n.º 237/1997, o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer a superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- d) O poder de polícia é atividade de prestação de comodidades materiais aos usuários.
- e) O serviço público é atividade de prestação de comodidades materiais aos usuários.

18. A Constituição Federal prescreve que o ato administrativo prejudicial ao patrimônio público ou ao meio ambiente poderá ser contestado via os seguintes instrumentos de controle:

- a) A ação civil pública, bem como de ação popular, para as quais é legitimado o Ministério Público em defesa de interesses difusos.
- b) A ação popular e mandado de segurança coletivo, para as quais são legitimados, entre outros, partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano.
- c) O mandado de injunção, na hipótese de o ato administrativo também contrariar o exercício dos direitos e liberdades constitucionais ou as prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, ainda que já tenha sido editada norma regulamentadora que viabilize o exercício desses direitos.
- d) A ação civil pública, para a qual é legitimado o Ministério Público, em defesa de interesses difusos, não sendo cabível a propositura de ação popular pelo Ministério Público.
- e) A ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, na hipótese de violação à Constituição Federal, podendo o ato ser declarado inconstitucional ainda que não se

alcance o quórum de maioria absoluta dos membros do Tribunal.

19. Assinale a alternativa correta:

- a) Compreende-se a álea administrativa, sob a modalidade de fato do príncipe, a hipótese de ato jurídico que produz efeitos econômicos diretos sobre o ajuste.
- b) As Parcerias Público-Privadas (PPP) são espécies de contratos de concessão.
- c) O art. 37, § 6º, da Carta de 1988, estipulou a responsabilidade civil objetiva do Estado, cujo corolário é a teoria do risco administrativo.
- d) A Lei de Improbidade Administrativa tem por objeto criminalizar as condutas dos agentes públicos que causam lesão ao patrimônio público ou ensejam enriquecimento ilícito
- e) n.d.a.

20. Sobre a legislação pertinente aos contratos administrativos, examine as seguintes assertivas:

- I - Encartam-se como exceções ao dever imposto ao Poder Público para realização prévia do processo concorrencial: a licitação dispensada, dispensável e inexigível.
- II - A Lei Federal n.º 8.666/1993 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- III - É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II e III são verdadeiras.
- b) II e III são verdadeiras.
- c) Apenas a I é verdadeira.
- d) Apenas a II é verdadeira.
- e) Apenas a III é verdadeira.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Como é sabido, a Constituição Federal não cria tributos, apenas outorga competência para que os entes políticos o façam por meio de leis próprias. Assim, é correto definir competência tributária como o poder constitucionalmente atribuído de editar leis que instituem tributos. No caso, a Constituição Federal de 1988 outorgou competências privativas para que União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituíssem seus

respectivos impostos. Sobre isso, é correto afirmar:

a) Compete privativamente à União instituir os seguintes impostos: II – Imposto sobre Importação; IE – Imposto sobre Exportação; IR – Imposto de Renda; IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação; e IGF – Imposto sobre Grandes Fortunas;

b) Compete privativamente aos Estados e ao Distrito Federal instituir os seguintes impostos: IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores; ITCMD – Imposto sobre Transmissões Causa Morte e Doações; ISS – Imposto sobre Serviços; e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação;

c) Compete privativamente aos Municípios instituir os seguintes impostos: IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana; ITR – Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; e ITBI – Imposto sobre Transmissões entre vivos de Bens Imóveis.

d) Compete privativamente aos Estados e ao Distrito Federal instituir os seguintes impostos: IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores; ITCMD – Imposto sobre Transmissões Causa Morte e Doações; e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação;

e) Compete privativamente aos Estados e ao Distrito Federal instituir os seguintes impostos: IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores; ITCMD – Imposto sobre Transmissões Causa Morte e Doações; ITBI – Imposto sobre Transmissões entre vivos de Bens Imóveis; e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação;

22. Associe a COLUNA I com a COLUNA II, relacionando os princípios tributários às suas respectivas definições / descrições, considerando os preceitos da Constituição Federal de 1988.

COLUNA I

1. Anterioridade
2. Irretroatividade
3. Legalidade
4. Vedação ao confisco
5. Isonomia tributária

COLUNA II

() É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

() É vedado aos entes federados cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu.

() Proíbe distinções arbitrárias entre contribuintes que se encontrem em situações semelhantes.

() Não se pode cobrar tributo relativo a situações ocorridas antes do início da vigência da lei que as tenha definido.

() A cobrança de tributos deve se pautar dentro de um critério de razoabilidade, não podendo ser excessiva, antieconômica.

Assinale a sequência CORRETA.

a) (3) (2) (4) (5) (1)

b) (2) (1) (4) (5) (3)

c) (4) (3) (2) (1) (5)

d) (3) (1) (5) (4) (2)

e) (3) (1) (5) (2) (4)

23. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. São consideradas espécies de tributos, EXCETO:

a) Contribuições de melhoria.

b) Tarifa.

c) Taxas.

d) Impostos.

e) Nenhuma das anteriores;

24. Acerca dos princípios consagrados pela Constituição Federal, é correto afirmar:

a) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

b) Os entes políticos tributantes não podem cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributo sem lei ou decreto que o estabeleça.

d) Os entes da Federação não podem instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, admitindo-se, entretanto, levar em conta a distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.

e) Somente a União poderá instituir tributo para estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, sem qualquer ressalva.

25. Sobre a obrigação tributária, analise as afirmativas a seguir. A obrigação

I. principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

II. acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

III. acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Marque a opção que indica a(s) afirmativa(s) CORRETA(S).

a) I, II e III.

b) I e II.

c) I e III.

d) II e III.

e) I.

26. Ainda em relação à obrigação tributária, assinale a alternativa correta:

a) A obrigação de pagar multa, por não se confundir com a obrigação de pagar tributo, é considerada acessória.

b) A definição da situação que constitui fato gerador de obrigação acessória é matéria sujeita à reserva legal.

c) Enquanto a competência tributária só pode ser titularizada por pessoas jurídicas de direito público, o polo ativo da relação jurídico tributária pode ser ocupado por pessoas jurídicas de direito privado destinatárias do produto da arrecadação.

d) A transferência de imóvel em virtude do implemento de condição resolutiva a que estava submetida doação anterior do mesmo bem não é fato gerador do ITCMD.

e) Por ser divisível a obrigação tributária, a interrupção da prescrição contra um dos devedores não prejudica os demais.

27. Acerca do lançamento do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

a) A competência para proceder ao lançamento do crédito tributário é exclusiva da autoridade administrativa, de modo que a apresentação pelo contribuinte, de Guia de apuração e informação do ICMS preenchida não é suficiente para a constituição do imposto.

b) O lançamento do crédito tributário declara a existência da obrigação tributária, ao mesmo tempo em que constitui o crédito tributário.

c) Nova legislação que entre em vigor após o trânsito em julgado dos embargos à execução fiscal, ainda que mais favorável ao infrator, não será aplicável ao lançamento de obrigação tributária relativa à penalidade pecuniária, em virtude da precedência do julgamento definitivo dos embargos.

d) Segundo o STF, é lícito à autoridade fiscal, mediante instauração de procedimento fiscalizatório, solicitar diretamente informações sigilosas às instituições financeiras e, com base nos dados obtidos, proceder ao lançamento de tributos.

e) Em regra, o lançamento do ITCMD se dá por homologação.

28. Em relação ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, marque a alternativa incorreta.

a) As alíquotas mínimas para o IPVA devem ser fixadas por Resolução do Senado Federal.

b) O IPVA pode ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização do veículo.

c) Diante da inexistência de norma geral federal, os Estados e o DF exercem competência legislativa plena para legislar sobre IPVA.

d) O IPVA está sujeito à anterioridade anual.

e) Em regra, não incide IPVA no momento da aquisição de veículo novo, de modo que o imposto somente será devido pelo adquirente no primeiro dia do ano subsequente à compra.

29. No que se refere Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação - ITCMD, assinale a alternativa correta:

a) É inconstitucional lei estadual que estabeleça alíquotas progressivas para o ITCMD.

b) O fato gerador do imposto *causa mortis* dá-se com a transmissão da propriedade ou de quaisquer bens e direitos e ocorre no momento da homologação da partilha.

c) O ITCMD não incide sobre a renúncia abdicativa.

- d) Incide ITCMD sobre a importância deixada ao testamentário, a título de prêmio, que respeite o limite legal.
- e) Incide ITCMD sobre a meação devida ao cônjuge superstite.

30. Acerca do instituto da denúncia espontânea, assinale a alternativa correta:

- a) O parcelamento do débito tributário confessado é suficiente para a fruição dos benefícios decorrentes da denúncia espontânea.
- b) O mero pedido de esclarecimentos do Fisco, por não configurar medida de fiscalização, não afasta a espontaneidade da confissão posterior realizada pelo contribuinte.
- c) O instituto da denúncia espontânea não é aplicável aos casos de descumprimento de obrigações acessórias.
- d) O benefício da denúncia espontânea incide nos casos de tributos declarados, mas pagos com atraso, desde que o pagamento seja realizado antes do início de qualquer procedimento ou medida fiscalizatória por parte do Fisco.
- e) O reconhecimento da denúncia espontânea exclui a incidência da multa punitiva, mas não da multa moratória, já que esta decorre automaticamente do atraso no pagamento do tributo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. A respeito da competência, assinale a alternativa correta:

- a) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier sociedade de economia mista federal, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente.
- b) A existência de vara privativa da Fazenda Pública em uma determinada comarca, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo.
- c) É competente o foro de domicílio do autor para as causas em que seja demandante o Estado do Rio Grande do Norte.
- d) Declarada a incompetência absoluta, os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.
- e) A incompetência relativa deve ser alegada por meio de exceção.

32. Sobre o procedimento comum, assinale a resposta correta:

- a) O não comparecimento injustificado do Estado do Rio Grande do Norte à audiência de conciliação não será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, não incidindo, portanto, multa de dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, pois tal obrigação não se aplica à Fazenda Pública.
- b) Depois da contestação, não é lícito ao réu deduzir novas alegações, ainda quando competir ao juiz conhecer delas de ofício.
- c) Quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis e não houver apresentação de contestação, o réu será considerado revel, mas não serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.
- d) Incumbe ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas, ainda que estejam em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.
- e) O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao Procurador do Estado.

33. Sobre petição inicial e extinção do processo, assinale o item correto:

- a) Admite-se a formulação de pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato.
- b) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, sendo necessário, entretanto, que entre eles haja conexão.
- c) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- d) O requerimento para a citação do réu configura requisito indispensável da petição inicial.
- e) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação. Assim, a petição inicial será despachada, independentemente da prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado.

34. Sobre a sentença e o julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se fundamentada a sentença que invocar precedente ou enunciando de súmula, sem necessidade de identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.

b) O juiz não está obrigado a definir, na sentença, desde logo, o índice de correção monetária e a taxa de juros, bem como o termo inicial de ambos e a periodicidade da capitalização dos juros, sendo tais providências típicas da fase de execução.

c) Publicada a sentença, o juiz, de ofício, não poderá alterá-la para corrigir inexatidões materiais ou erros de cálculo, salvo se a mesma for impugnada por meio de embargos de declaração.

d) A obrigação somente será convertida em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

e) A indenização por perdas e danos substituirá a multa fixada periodicamente para compelir o réu ao cumprimento específico da obrigação.

35. Sobre o cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo previsto em lei, o débito do ente estatal será acrescido de multa de dez por cento.

b) A Fazenda Pública será intimada, na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias e nos próprios autos, impugnar a execução.

c) O pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de 90 dias contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.

d) Em sede de impugnação à execução, o ente estatal executado poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.

e) Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.

36. No que tange ao Juizado Especial da Fazenda Pública, indique a alternativa correta:

a) Quaisquer decisões interlocutórias proferidas no Juizado Especial da Fazenda Pública, ressalvados os despachos de mero expediente, são recorríveis por agravo de instrumento.

b) As desapropriações de imóveis de valor inferior a sessenta salários mínimos podem ser processadas no Juizado Especial da Fazenda Pública.

c) No âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, os prazos processuais para os Estados apresentarem contestação ou recurso inominado são contados em dobro.

d) Diferente da regra geral do Código de Processo Civil, os prazos processuais no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública são contados em dias corridos.

e) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

37. No que concerne à coisa julgada, julgue os itens a seguir:

I - Tratando-se de relação jurídica de trato continuado, caso sobrevenha modificação no estado de fato ou de direito, poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença transitada em julgado.

II - Para que se forme coisa julgada sobre a questão prejudicial decidida expressa e incidentalmente no processo, basta que a seu respeito tenha ocorrido contraditório prévio e efetivo, independente do rito processual escolhido comportar ou não dilação probatória.

III - Transitada em julgado a decisão de mérito, considerar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e as defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento quanto à rejeição do pedido.

IV - A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença faz coisa julgada.

É correto o que se afirma apenas em:

a) I e II.

b) III e IV.

c) I e III.

d) I, II e IV.

e) II e III.

38. Acerca das prerrogativas da Fazenda Pública em juízo previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

a) É admissível a intimação da pessoa jurídica de direito público por meio de publicação no Diário Oficial.

b) Via de regra, não é admitida a concessão de medida liminar para a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

c) A citação dos Estados e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o Governador do Estado, na qualidade de Chefe do Poder Executivo.

d) As pessoas jurídicas de direito público gozam de prazo em dobro apenas para contestar e

recorrer, sendo inaplicável a contagem em dobro para fins de apresentação de contrarrazões.

e) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra os Estados e suas respectivas autarquias e fundações de direito público, ainda que fundada em súmula de tribunal superior.

39. Com relação ao recurso de agravo de instrumento, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O agravo de instrumento é interposto diretamente perante o tribunal competente.

b) É cabível agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença.

c) No prazo de 3 dias a contar da interposição do agravo, o agravante deverá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, sob pena de não conhecimento do recurso quando alegado e provado pelo agravado tal falta, exceto quando se tratar de autos eletrônicos.

d) O rito do agravo de instrumento não prevê a possibilidade de atribuição de efeito suspensivo ao recurso pelo relator, em decisão monocrática, devendo tal pedido ser dirigido ao presidente do respectivo Tribunal.

e) A petição de agravo de instrumento será instruída, obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

40. No tocante ao recurso de apelação, indique a alternativa correta:

a) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal necessariamente determinará o retorno do processo ao juízo de primeiro grau para análise das demais questões de mérito.

b) A apelação interposta contra sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória goza de efeito suspensivo por expressa previsão legal.

c) Cumpre ao magistrado de primeiro grau realizar o juízo de admissibilidade do recurso de

apelação, sem prejuízo de nova análise dos pressupostos recursais pela instância superior.

d) Não se admite apelação na modalidade adesiva.

e) O relator poderá negar provimento ao recurso de apelação quando este for contrário a acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.